

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Adriane A. Matthes

Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo PUC Minas *campus* Poços de Caldas e Mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Francisco José Cardoso

Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas *campus* Poços de Caldas e Mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Ericlis Pimenta Freire

Docente do Curso de Engenharia Civil da PUC Minas *campus* Poços de Caldas e Doutor em Engenharia del Terreno pela Universitat Politecnica de Catalunya

Rosana Bertocco Parisi

Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas *campus* Poços de Caldas e Mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RESUMO

O Plano Diretor, nos termos do Estatuto da Cidade, esta definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana e rural do município, sendo importante ferramenta para garantir a qualidade de vida, a justiça social, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento de econômico. Este trabalho tem o objetivo de apresentar a metodologia de elaboração do Plano Diretor Participativo de São José do Rio Pardo-SP, enfocando os resultados das atividades participativas e como estas contribuíram para consolidação e legitimação das propostas. O município de São José do Rio Pardo, possui 50.077 habitantes, tendo um Plano Diretor elaborado em 1968. Com intuito de integrar a população e o poder público na formulação de um Plano Diretor de acordo com o Estatuto da Cidade, foram realizadas diversas atividades participativas, originando numa coleta de informações imprescindível para leitura da realidade do município, que subsidiou e legitimou a formulação das propostas.

1. INTRODUÇÃO

Em março de 2006 iniciou-se a parceria entre a Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais *campus* Poços de Caldas através do Curso de Arquitetura e Urbanismo com o objetivo de elaborar o Plano Diretor do Município. Foram alocados para este trabalho os professores que ministram aulas nas disciplinas de Planejamento Urbano e Regional, História e Teoria do Urbanismo e relacionados a Projetos Urbanos.

Numa primeira reunião com o poder público municipal foi apresentada a metodologia a ser aplicada ao longo da construção do plano ressaltando a importância da participação popular no processo de elaboração do Plano Diretor, como parte estruturante da implementação já que o objetivo principal de se chamar a população a participar era de se estabelecer, na cidade de São José do Rio Pardo, uma cultura de discussão sobre a cidade, construindo o território, as políticas e as ações que o compõe e o constitui.

Para isso a equipe técnica de elaboração do Plano Diretor Participativo para o Município de São José do Rio Pardo-SP propôs uma metodologia dividida em 5 etapas. Sendo: *1ª etapa*: leitura comunitária, processos participativos,

comunicação; 2ª etapa: leitura técnica da realidade municipal; 3ª etapa: formulação e pacto das propostas; 4ª etapa: anteprojeto de lei do plano diretor; 5ª etapa: projeto final de lei do plano diretor.

Estava na 1ª etapa da metodologia aplicada a principal fonte de informações que a equipe iria se basear para fazer o reconhecimento do território municipal, mesclando os dados levantados nas atividades participativas, com os dados históricos do município e com os dados técnicos coletados tanto no nível municipal, estadual quanto federal.

Foi a partir de uma das atividades participativas da 1ª etapa, as oficinas de bairros, onde se descortinou uma das maiores surpresas para os técnicos no sentido de conseguir coletar informações sobre a cidade e sobre os bairros e regiões que a compõem. Mesmo com uma participação em termos numéricos, bastante desigual nas sete oficinas realizadas, foi constatado a ampla visão e reconhecimento dos cidadãos em relação aos problemas e potenciais de cada bairro, nos dando assim um subsídio real sobre a dinâmica urbana existente na cidade e principalmente nos direcionando para a real e ideal atuação que o plano diretor deveria contemplar como diretrizes, propostas e encaminhamentos.

Os resultados, fruto de intensa participação popular e de representantes da comunidade, deram anuência e legitimidade às propostas apresentadas em forma de Projeto de lei Complementar entregue à câmara municipal de vereadores e que procurou incorporar os mecanismos e instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, objetivando que cada propriedade urbana no município cumpra a sua função social, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. Exigências previstas pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, que estabelece os princípios fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.

Assim, o Plano Diretor, nos termos do Estatuto da Cidade, está definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana e rural do município, sendo uma importante ferramenta para que a cidade se desenvolva de maneira organizada.

É dentro destas premissas que os dados coletados neste processo são de fundamental importância para a consolidação das propostas apresentadas no Plano Diretor Participativo para o município de São José do Rio Pardo.

Ademais, foi realizada ampla divulgação em mídia escrita e falada do município e região, a fim de divulgar e conscientizar a população da importância, não só do Plano Diretor, mas do processo de participação na elaboração desta importante Lei Complementar. Lei esta que organiza a distribuição territorial de forma justa, equilibrada e que ressalta a identidade cultural do lugar e do cidadão que vive nesta cidade.

O Plano Diretor também deverá ser discutido e aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo prefeito. O resultado, formalizado como Lei

Municipal, é a expressão do pacto firmado entre a Sociedade e os poderes Executivo e Legislativo, transformando São José do Rio Pardo na “**Cidade como a gente quer!**”, frase usada como lema ao longo do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo.

Ao longo desse processo de elaboração foi formado o núcleo gestor composto por representantes da sociedade e do poder público que acompanhou a elaboração em todas as etapas, apresentando sugestões, propostas e estabelecendo discussões sobre o município.

Assim, o plano diretor e a metodologia aplicada na sua elaboração são frutos de esforço coletivo, empreendido durante oito (08) meses, com a participação de técnicos, sociedade organizada, vereadores municipais e população interessada.

Com isso inicia-se uma nova fase na gestão municipal da cidade de São José do Rio Pardo. A cidade e seus cidadãos tornam-se responsáveis e cúmplices como gestores do espaço público e coletivo, urbano ou rural, anunciando uma nova era na dinâmica urbana, implantando uma nova cultura na participação pela construção da cidade onde se vive.

Iniciamos a gestão do planejamento na cidade de São José do Rio Pardo, sendo esta somente uma parte de um processo social contínuo e permanente de participação em busca de uma “**São José com a gente quer!**”.

2. A METODOLOGIA

A metodologia usada estava baseada na participação popular mesclada com o conhecimento técnico no intuito de se construir uma nova forma de gestão do território municipal onde a alavanca de construção da cidade é o processo coletivo de produção de moradias, emprego, renda e qualidade de vida, todos inseridos num meio ambiente reconhecido pela população e com uma íntima relação entre a sua história e a cultura que trazem a identidade e a cidadania. Essa metodologia culminou num processo que transforma o Plano Diretor numa ferramenta não só de ordenação do espaço urbano mas, em algo mais, talvez em um instrumento de inclusão social e de desenvolvimento humano refletido na construção do espaço público que constitui o espaço urbano: a cidade.

Neste sentido foram estabelecidas 5 etapas no processo de elaboração do plano diretor:

1ª etapa: Leitura Comunitária, Processos Participativos, Comunicação

- Nomeação de dois técnicos com disponibilidade de horas para participar das atividades
- Criação de Comissão Municipal (núcleo gestor) de apoio à elaboração do Plano Diretor, composto de cinco a dez membros.
- Definição do cronograma de trabalho
- Definição do processo de participação popular
- Levantamento dos atores sociais (lideranças comunitárias)
- Definição do formato de divulgação das atividades de elaboração do Plano Diretor

- Realização da 1º Audiência Pública de abertura dos trabalhos de elaboração do Plano diretor
- Oficinas com os vários segmentos da sociedade.

2ª etapa: Leitura Técnica da Realidade Municipal

- Levantamento e análise de dados
 - o Indicadores sócio-econômicos
 - Evolução da população, por serie histórica de 30 anos: urbana, rural e total. Crescimento Natural e Migração;
 - Indicadores de renda e emprego, com destaque para a pobreza urbana e rural;
 - Evolução da economia do município: O papel do município na economia microregional, regional e estadual;
 - Infra-estrutura econômica de apoio: energia e comunicações e sistema viário;
 - Análise preliminar da economia do Município por setores (problemas e potencialidades);
 - Indicadores sobre a oferta de serviços sociais básicos no Município (educação, saúde, lazer).
 - o Aspecto físico-territoriais do município
 - Distribuição territorial da população no território considerando as condições socioeconômicas, moradia; evolução nos últimos dez anos. Áreas com domicílios em melhores ou piores condições de infra-estrutura.
 - Territórios ocupados pelas comunidades tradicionais (indígenas, quilombos, ribeirinhas e extrativistas)
 - Levantar localização de assentamentos irregulares ocupados por população de baixa renda para implementação da política de regularização fundiária.
 - Caracterização e distribuição espacial dos comprometimentos dos recursos naturais do município: fontes de poluição, processos destrutivos dos recursos naturais, conflitos de usos e pontos críticos.
 - Potencialidades e vulnerabilidades do meio físico
 - Evolução Histórica da cidade, analisando as relações entre o desenvolvimento econômico e demográfico e a ocupação do espaço urbano.
 - Classificação viária, circulação, capacidade das vias, pavimentação e transporte coletivo
 - Distribuição espacial dos usos e ocupação do solo urbano
 - Áreas de concentração de comércio, serviço, indústrias, equipamentos de uso coletivo, classificação por tamanho, área de abrangência e natureza
 - Situação da infra-estrutura urbana e equipamentos: água, esgoto, lixo, drenagem, circulação, transporte, áreas verdes.
 - Acesso a equipamentos e serviços
 - Inter-relação entre as condições de moradia e a localização dos empregos.

- Expansão urbana e seus condicionantes (ordem física, estrutura fundiária, equipamentos coletivos e infra-estrutura)
- Dinâmica imobiliária
 - Bairros que estão crescendo ou esvaziando.
 - Estrutura fundiária do município
 - vazios urbanos e retenção de estoques de terrenos, lotes não edificadas
 - Mercado da terra no município e evolução nos últimos dez anos.
- Legislação urbanística, planos, projetos e programas existentes no âmbito municipal, estadual e federal.
- Elaboração de mapas temáticos
 - Mapa com distribuição predominante da população conforme condições sócio-econômicas
 - Mapa com marcação das áreas com declividade acima de 30%, topos de morro e fundos de vale
 - Mapa com marcação dos cursos d'água e bacias hidrográficas
 - Mapa com delimitação das áreas verdes (praças, parques, áreas com matas nativas e de reflorestamento)
 - Mapa com delimitação de áreas degradadas
 - Mapa com marcação do crescimento da mancha urbana por fase (décadas)
 - Mapa de classificação viária
 - Mapa com linhas de transporte coletivo
 - Mapa com informações sobre o tipo de pavimentação
 - Mapa com demarcação da tipologia (horizontal ou vertical) e uso do solo (residencial unifamiliar, residência multifamiliar, conjunto habitacional, comércio atacadista, comércio varejista, serviços, institucional e industrial)
 - Mapa com delimitação dos vazios urbanos e lotes vagos
 - Mapa com informações do preço da terra (R\$/m²)
 - Mapa com indicação da infra-estrutura instalada (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, iluminação pública, rede de distribuição de energia elétrica, coleta e destino de resíduos sólidos)
- Realização da 2ª Audiência Pública, apresentando Mapas Temáticos e entrega do Produto Final de caracterização previa do território.

3ª etapa: Formulação e Pacto das Propostas

- Definição dos objetivos, diretrizes, metas e eixos estratégicos
- Definição das Funções Sociais da Cidade e da Propriedade Urbana (privada e pública)
 - Determinar critérios para a caracterização de imóveis não edificadas, subutilizados, e não utilizados.
 - Determinar critérios para a aplicação do instrumento de impacto de vizinhança.
 - Delimitar as áreas urbanas onde poderão ser aplicados o parcelamento, a edificação e a utilização compulsórios,

- considerando a existência de infra-estrutura e de demanda para utilização.
- Definir o prazo para notificação dos proprietários de imóveis prevista
 - Delimitar as áreas de cada porção do território e respectivas destinações nos mapas, e descrição de perímetros, consolidando no plano diretor toda a legislação incidente sobre o uso e ocupação do solo no território do município.
 - Proposta de Macrozoneamento de forma a garantir:
 - Espaços coletivos de suporte a vida na cidade (equipamentos urbanos e comunitários, mobilidade, transporte e serviços públicos, áreas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.
 - Acessibilidade e mobilidade sustentável a todos os cidadãos por meio do desenho dos espaços públicos e do sistema viário.
 - A universalização do acesso a água potável, aos serviços de esgotamento sanitário, a coleta e disposição de resíduos sólidos e ao manejo sustentável das águas pluviais, de forma integrada as políticas ambientais, de recursos hídricos e de saúde.
 - Terra urbanizada para todos os segmentos sociais, especialmente visando a proteção do direito a moradia da população de baixa renda e das populações tradicionais.
 - Áreas para atividades econômicas, especialmente para os pequenos empreendimentos comerciais, industriais, de serviço e agricultura familiar.
 - Definição dos instrumentos do “Estatuto da Cidade”
 - Justificativa de aplicação de cada um dos instrumentos, com vinculação as respectivas estratégias e objetivos.
 - Direito de Preempção, outorga onerosa do direito de construir e de alteração do uso, operações urbanas e a transferência do direito de construir necessitam de delimitação da sua área de aplicação delimitada no Plano Diretor.
 - A instituição de Zonas Especiais deverá
 - Destinar áreas para assentamentos urbanos e rurais de interesse social
 - Demarcar territórios ocupados pelas comunidades tradicionais (indígenas, quilombos, ribeirinhas e extrativistas)
 - Demarcar assentamentos irregulares ocupados por população de baixa renda para implementação da política de regularização fundiária.
 - Definir normas especiais de uso, ocupação e edificação adequadas a regularização fundiária, a titulação de assentamentos informais de baixa renda e a produção de habitação de interesse social e de participação das comunidades na gestão de áreas.
 - Definir instrumentos de regularização fundiária, de produção de habitação de interesse social e de participação das comunidades na gestão de áreas.

- Demarcar áreas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.
 - Simulação de aplicação dos instrumentos
- Proposta de Plano do sistema viário, transporte coletivo urbano e de carga.
 - Garantir a diversidade das modalidades de transporte, priorizando o transporte coletivo, os modos não-motorizados e valorizando o pedestre.
 - Garantir a mobilidade urbana ocorra de modo integrado
 - Garantir o controle da expansão urbana, a universalização do acesso à cidade, a melhoria da qualidade ambiental, e o controle dos impactos no sistema de mobilidade gerados pela ordenação do uso e ocupação do solo.
- Definição do sistema de Gestão e Planejamento do Município para implementação das propostas do Plano Diretor e participação da comunidade nas decisões sobre o desenvolvimento do Município
 - Prever instancias de planejamento e gestão democrática para implementar e rever o Plano Diretor
 - Apoiar e estimular o processo de Gestão Democrática e Participativa, garantindo uma gestão integrada, envolvendo poder executivo, legislativo, judiciário e sociedade civil.
 - Garantir acesso amplo as informações territoriais a todos os cidadãos
 - Monitorar a aplicação dos instrumentos do Plano Diretor e do estatuto da Cidade
 - Definir os instrumentos de gestão, sua finalidade, requisitos e procedimentos adotados para aplicação, tais como:
 - Conselho da cidade ou similar,
 - Conferências municipais;
 - Audiências públicas;
 - Consultas públicas;
 - Iniciativa popular;
 - Plebiscito;
 - Referendo;
 - Estabelecimento de prazos para aplicação e Revisão do Plano Diretor
- 3ª Audiência Pública, apresentando Propostas preliminares do Plano Diretor

4ª etapa: Anteprojeto de Lei do Plano Diretor

- Elaboração Preliminar do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor com seus anexos (imagens, mapas e tabelas)
- 4ª audiência pública, apresentando documento prévio do Ante-projeto de Lei do Plano Diretor de São José do Rio Pardo

5ª etapa: Projeto Final de Lei do Plano Diretor

- Formatação Final do Projeto de Lei do Plano Diretor Municipal e sua apresentação na Câmara de Vereadores

- 5ª Audiência pública, apresentando o Ante-projeto de Lei do Plano Diretor.

A primeira etapa consiste em se fazer a leitura comunitária, utilizando processos participativos e fazendo as comunicações para a divulgação dos resultados e convocação da população para as audiências, oficinas e eventos. Foram definidas atividades participativas para se fazer a leitura comunitária começando pela elaboração de uma cartilha, folhetos informativos, distribuídos juntamente com as contas de luz além de um folheto para se fazer as sugestões e depositar nas urnas que foram espalhadas pela cidade.



Fig. 1 material de divulgação

Dentre os processos participativos de leitura comunitária o que mais se destacou nesta 1ª etapa foram as oficinas de bairros. Juntamente com a assistente social da prefeitura a equipe técnica definiu 7 regiões onde aconteceriam as reuniões de bairros. As escolas foram as escolhidas como os lugares onde se realizariam os encontros. Cada oficina contemplava vários bairros e as reuniões aconteciam sempre as 19:30hs. As participações foram as mais variadas, contando com um público mais organizado como presidentes de associações de bairros, até com crianças, donas de casa e estudantes. O importante das oficinas foram os resultados, que a partir de uma tabela onde os participantes apontavam os problemas, os potenciais e as sugestões, originava então uma leitura gráfica descritas em um mapa localizando os dados apontados durante a dinâmica.

Foram realizadas ao todo 8 (oito) oficinas, sendo que 7 delas aconteceram nos bairros e a última foi realizada na câmara municipal, com a participação de todas as regiões para que a equipe técnica pudesse dar uma resposta á população, apresentando os resultados e as propostas para cada área. Nesta ocasião formaram-se grupos de discussões onde cada grupo apresentou as sugestões para sua área de acordo com o diagnóstico e com as diretrizes mostradas pela equipe técnica.

Essas propostas que saíram dos grupos foram contempladas no plano diretor, já que muitas delas eram exatamente o que a equipe técnica havia elencado como possibilidades e políticas públicas, o que acabou por legitimar de forma mais clara as propostas e políticas contidas no plano.

Os dados foram apresentados em audiência pública o que culminou numa grande discussão e surpresa por parte dos presentes, fazendo com que eles reconhecessem os problemas e começassem então a discuti-los geograficamente, desmontando uma visão parcial e iniciando uma discussão coletiva sobre a cidade como um todo e não somente sobre a região onde cada um reside e se preocupa individualmente com problemas locais.

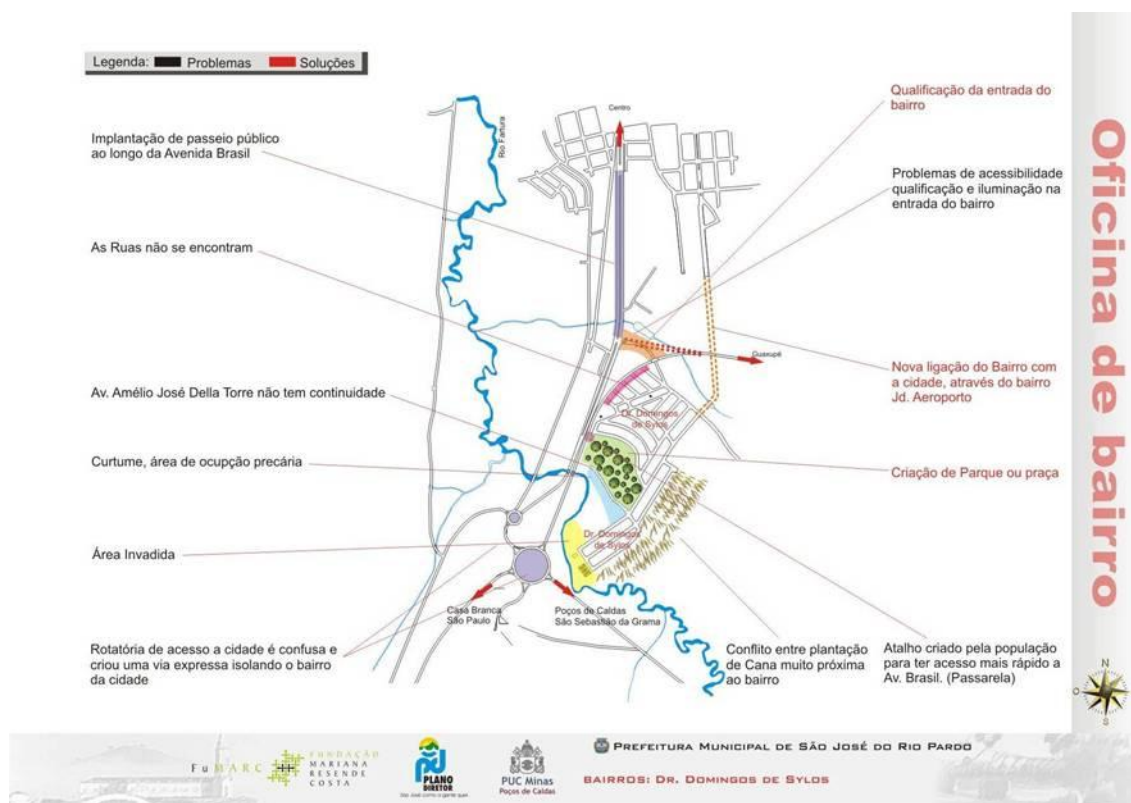


Fig. 2 exemplo de mapa das oficinas de bairro

Assim também foi aplicada a mesma metodologia para as reuniões setoriais que consistia em convocação dos diversos segmentos privados da sociedade como o setor Agropecuário, Turismo, Cartórios e Imobiliárias, Indústria, Departamento de Água e Esgoto, Departamento de Água e Esgoto, Segurança Pública, CREA Arquitetos e Engenheiros, Núcleo Gestor, Patrimônio Histórico, Amigos da Cidade, com Promotor Público, entre outros perfazendo um total de 23 reuniões.

As reuniões setoriais eram conduzidas da mesma forma que as oficinas, fazendo com que cada setor pudesse levantar os problemas, as soluções e as potencialidades de cada área. Os resultados culminaram num diagnóstico que acabou também por subsidiar as propostas e diretrizes para cada setor, contemplados no plano.

Também nesta Etapa foi realizado um concurso de redações com alunos da 4ª série do ensino fundamental, extensivo a todas as unidades de educação do município, pública e privada, localizada na área urbana e rural. O tema da redação foi “São José com a gente quer”, mesmo tema abordado na campanha de divulgação do Plano.

Os alunos teriam de redigir um texto que comentasse as riquezas naturais da cidade, os pontos turísticos, os problemas, suas situações cotidianas, etc. A comissão organizadora ficou responsável pela correção e avaliação das redações, tendo como critério a criatividade do aluno e sua visão futura para o município, sendo que correções gramaticais e ortográficas não seriam eliminatórias.

Todas as escolas receberam o material de divulgação, contendo cartilhas, folhas de preenchimento e carta convite com cronograma e regulamento, sendo que cada escola teve um aluno premiado. Na Terceira audiência pública, em 26 de junho de 2006, foi entregue os prêmios aos alunos em momento solene. O concurso foi um instrumento interessante para mobilização e divulgação, pois envolveu crianças, pais, e professores no processo de elaboração do Plano Diretor.

Desta forma as duas etapas iniciais previstas na metodologia, *Leitura Comunitária, Processos Participativos, Comunicação e Leitura Técnica da Realidade Municipal* foram contempladas de forma a justificar e dar anuência à 3ª etapa que se iniciava: *Formulação e Pacto das Propostas*.

Era a 3ª etapa o grande desafio já que a equipe técnica iria redigir, a partir das dinâmicas anteriores, a formulação das propostas e novas diretrizes para o município. E principalmente iria definir quais os pactos e para quem deveriam ser estabelecidos determinando novos rumos para a ocupação do solo do município de São José do Rio Pardo.

Para esta etapa foram definidas as reuniões com o núcleo gestor para a apresentação e discussão das propostas. Essas foram discutidas, questionadas e reavaliadas culminando numa nova redação que foi então encaminhada para audiência pública. A proposta desta dinâmica implicava na capacitação do grupo composto pelo núcleo gestor, a fim de estabelecer uma linguagem e um entendimento sobre as dinâmicas urbanas desvinculadas do setor de interesse de cada um, problemas freqüentes encontrado durante as primeiras reuniões com o grupo, dificultando uma visão geral sobre a cidade.

O intuito de capacitação do núcleo gestor era de que estes seriam agentes disseminadores das propostas apresentadas pelos cidadãos da cidade. Fazê-los compreender que as sugestões e propostas apresentadas pela equipe técnica não eram frutos de meras sugestões acadêmicas ou ideológicas, de autoria da equipe técnica, mas que eram o desejo dos cidadãos e que estavam registradas em documentos e nas dinâmicas resultados das leituras técnicas e comunitárias.

As dinâmicas de leituras e discussões das propostas com o núcleo gestor representaram um grande avanço para o município no sentido de conseguirmos uma linguagem técnica sobre a cidade e de que esses estariam então abraçando o plano diretor como sendo uma proposta de uma nova cidade, fazendo com que esta lei pudesse então trilhar um caminho de inclusão social, traduzindo-o numa cidade que se reconhece ambientalmente saudável,

culta e equilibrada, tanto na oferta de serviços como na oferta de espaços públicos dinâmicos e prontos para o uso e geração de emprego e renda.

Somente a partir deste nivelamento do discurso e do entendimento das propostas e da formulação dos pactos é que se encaminhou as propostas para as discussões públicas. O intuito de leva-las a público já filtradas e com a anuência e cumplicidade do núcleo gestor, estava na certeza de que seriam eles os agentes responsáveis pela implantação do plano, tanto no período da discussão na câmara quanto no que diz respeito à implantação efetiva dos conselhos, associações e programas propostos.

A terceira etapa teve uma duração de 2 meses de intensas reuniões e elaboração constante do texto.

A quarta e a quinta etapas, *Anteprojeto de Lei do Plano Diretor e Projeto Final de Lei do Plano Diretor* foram o refinamento dos textos e principalmente a apresentação, para diversos setores das propostas e breves discussões acontecendo na maioria das vezes na câmara municipal.

Na finalização do processo de elaboração do Plano Diretor ficou muito clara a carência da cidade em relação à melhoria e qualidade dos espaços públicos. São José do Rio Pardo, como o próprio nome sugere, é cortado pelo rio que dá nome à cidade e que a diferencia tanto paisagisticamente quanto culturalmente, pois foi às margens do Rio Pardo onde Euclides da Cunha escreveu “*Os Sertões*”, marca indissolúvel dos habitantes da cidade que culmina numa das festas mais populares da região: a semana euclidiana. Não uma festa popular simplesmente, mas uma oportunidade cultural que mobiliza a cidade e convida toda a região a participar.

O que o plano diretor fez foi “*Ler*” a cidade e fazer com que os cidadãos pudessem “*enxergá-la*”, escutando seus desejos e colocando-os em forma de leis e diretrizes. Existem na cidade alguns focos de ocupação irregular e um início de um processo de favelização, para isso foi proposto a ocupação de vazios urbanos existentes na cidade com a criação das AEIS, aproveitando a infra-estrutura instalada e evitando uma prática comum no município de ocupação periférica muitas vezes distantes do perímetro urbano, o que acabava por acarretar em grandes vazios urbanos, onerando o poder público e estigmatizando grandes aglomerações seja de novos bairros de baixa renda ou o aparecimento de novos condomínios fechados de classes média e alta.

O que ficou claro foi também o desejo da população em ter espaços públicos de lazer e convívio com qualidade espacial, diagnosticado pelas oficinas de bairros como sendo o grande problema da ociosidade da população mais jovem, que necessita de atividades esportivas e culturais em lugares reservados para estas práticas e que não possuem qualificação em termos de desenho urbano e de equipamentos sociais, o que gerava entre os jovens uma vulnerabilidade social, pois seria a grande porta de entrada para a violência e o tráfico de drogas.

Neste sentido, entendemos que a cidade de São José do Rio Pardo possui bairros de baixa renda com infra-estrutura instalada, mas com um grande sentimento de carência, já que nestes bairros se tem a presença de água, esgoto, luz e transporte. O problema da exclusão social está no sentimento de ausência dos equipamentos que compõe a cidade e não na presença da infra-estrutura instalada no bairro, mas pela falta de qualificação do espaço urbano, com equipamentos públicos de lazer, de cultura e principalmente equipamentos que possam alavancar a qualificação e capacitação profissional proporcionando a geração de emprego e renda, baseados nas potencialidades locais.

No Capítulo V– Dos espaços públicos, paisagem e ambiente natural e construído, do PL 70 de 13 de setembro de 2006, em processo de aprovação na câmara municipal de vereadores, estabelece novos espaços públicos vinculados à criação de um sistema linear de parques para a ocupação dos fundos de vale, estabelecendo uma relação entre a correta ocupação dos parques de preservação das matas ciliares dos córregos e rios e aliados à qualificação e geração de emprego e renda.

É nesse sentido que a metodologia adotada na elaboração do plano diretor para o município de São José do Rio Pardo, tentou estabelecer parâmetros para a prática da participação popular na construção da cidade, e não só para a elaboração do plano diretor, fazendo com que se inicie uma nova forma de gestão baseada numa cultura de participação popular continuada.

Bibliografia

BALTRUSIS, Nelson. MOURAD, Laila Nazem. AKEMI, Yeda Maria Inone. “A revisão do plano Diretor de Diadema: a construção de um processo participativo.” in Espaço e Debates : revista de Estudos Regionais e Urbanos- nº 42, *A periferia revisitada*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Anno XVII – 2001. pág. 108.

BONDUKI, Nabil. *Depoimento*. in Espaço e Debates : revista de Estudos Regionais e Urbanos- nº 42, *A periferia revisitada*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Anno XVII – 2001- pág. 92.

BRASIL. Constituição, 1998. Constituição da República Federativa do Brasil. *Encyclopaedia Britannica do Brasil*, São Paulo, 1988.

_____. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e da outras providencias. Diário Oficial da União, Brasília, jul. 2001.

_____. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

FERNANDES, Edésio (org). “Direito urbanístico e política urbana no Brasil”. Belo Horizonte : Del Rey, 2000.

FIX, Mariana. “Parceiros da Exclusão”. In Espaço e Debates : revista de Estudos Regionais e Urbanos- nº 42, *A periferia revisitada*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Anno XVII – 2001. pág. 118.

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, Lei de 24 de abril de 1990. Lei Orgânica do Município de São José do Rio Pardo. *Câmara Municipal de São José do Rio Pardo* , São José do Rio Pardo, 1990.

_____, Projeto de lei de setembro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor de São José do Rio Pardo. Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, São José do Rio Pardo, 2006.

_____, Lei n.º 2403/2000. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano. Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, São José do Rio Pardo, s/d.

_____, Lei n.º 2192/1997. Dispõe sobre loteamento e dá outras providências. Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, São José do Rio Pardo, s/d.